

SESSÃO ORDINÁRIA DE 30 DE JUNHO DE 2015

*Approvado por maioria,
com cinco abstenções*

ATA Nº 03

Sessão de 11/09/15
A Mesa,

M. G. B.

Aos trinta dias do mês de junho do ano dois mil e quinze, nesta cidade de Alcácer do Sal e Salão Nobre do Município, reuniu a Assembleia Municipal. Compareceram nesta sessão ordinária, António dos Mártires Balona, Presidente da Assembleia Municipal, Baltasar Flávio da Silva, Primeiro Secretário da Mesa, Maria de Fátima Martins dos Santos Leite, Segundo Secretário da Mesa e os Membros, Duarte Manuel Lynce de Faria, Manuel Fernando Silva da Rocha, Luís Miguel Visinho Nunes, Maria Helena Murcho Guerreiro, Maria Antónia Foito Crespo, Serafim António Martins Inocêncio, Vítor Manuel Elias Rosa, Ana Isabel Bernardo Semião, Carlos Alberto Santana Baião, Jerónimo Jacinto de Almeida, Maria de Lourdes Vieira Serrinha (em regime de substituição), Ricardo Miguel Bernardo Serronha (em regime de substituição), Carla Manteiga (em regime de substituição), Arlindo José Paulino de Passos, Presidente da União das Freguesias de Alcácer do Sal e Santa Susana, Virgílio Manuel da Silva, Presidente da Junta de Freguesia do Torrão, Paulo Oliveira (em regime de substituição da Presidente da Junta de Freguesia de Comporta) e Albino António Batista Francisquinho, Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho.

Compareceram, também, Vítor Manuel Chaves de Caro Proença, Presidente da Câmara Municipal, Ana Isabel Paulino Chaves, Vice-Presidente e os Vereadores, Ana Luísa Alferes Pinto Soares, Manuel Vítor Nunes de Jesus, Isabel Cristina Soares Vicente e Luísa Maria Pestana Ferreira.

Verificou-se a ausência dos Deputados Maria Antónia Incenso dos Reis Mendes, Nuno Miguel Adelaide Rodrigues Dias, Luzia Maria Carvalho Maurício, Sara Patrícia Guerreiro Jacinto, Leonardo Jacinto, Leónia de Jesus Pinto Bárbara Gomes, José Carlos Nascimento dos Reis, Maria do Rosário Faustino Tomás, José António Chora Praguento e Maria José Coelho Martins, tendo os mesmos apresentado justificações, que ficam arquivadas em pasta anexa à ata.

Pelas vinte horas e cinquenta minutos, verificou-se a existência de quórum, pelo que o Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA _____

O Presidente da Assembleia Municipal cumprimentou os presentes e solicitou ao Segundo Secretário que procedesse à leitura do resumo da correspondência.

37 **1 - Expediente:**

38 O Segundo Secretário procedeu à leitura do resumo da correspondência, recebida no período de
39 26-05-2015 a 12-06-2015, que aqui se dá como reproduzido e transcrito, ficando arquivado em
40 pasta anexa à ata, dela fazendo parte integrante.

41

42 **2 - Análise e votação da Ata nº 2 da sessão realizada em 29 de abril de 2015:**

43 O Presidente da Assembleia, questionou se algum Deputado tinha alterações a fazer à ata.

44 Os Deputados Duarte Lynce de Faria, Manuel Rocha e Jerónimo Almeida, propuseram que fossem
45 efetuadas algumas correções na ata, o que foi aceite.

46 O Presidente da Assembleia, colocou a ata a votação.

47 A Ata nº 02 de 29 de abril de 2015 foi aprovada, por maioria, com 4 abstenções, dos Deputados,
48 Carla Manteiga, Lourdes Serrinha, Ricardo Serronha e Paulo Oliveira, por ausência na referida
49 reunião.

50

51 O Presidente da Assembleia informou que foi presente à Mesa, uma Moção:

52 - Moção "A" – (*Contra a privatização da "TAP"*), apresentada pelos Deputados do PS.

53

54 O Presidente da Assembleia, solicitou aos Deputados do PS que procedessem à leitura da Moção
55 "A" – (*Contra a privatização da "TAP"*).

56 A Moção foi lida pela Deputada Maria Helena Guerreiro.

57 O Presidente da Assembleia colocou a Moção a discussão.

58 **Intervenções:**

59 O Deputado Duarte Lynce de Faria, referiu que esta questão começou com a privatização da ANA
60 Aeroportos, que prejudicou gravemente pequenos aeródromos que poderiam ter outro
61 desenvolvimento, entre os quais está o aeroporto de Beja. Acrescentou que, um aspeto importante
62 é saber se a maioria do capital da TAP fica em mãos portuguesas e outro aspeto, não menos
63 importante, é a ligação da empresa às comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo e à
64 pátria. Afirmou que os Deputados Municipais do Partido Socialista estão frontalmente contra a
65 privatização da TAP, por tudo o que mencionou e também por o Governo estar a avançar com este
66 processo quando está em fim de mandato.

67 Informou ainda que, o Tribunal de Contas criticou a forma como a REN e a EDP foram privatizadas,
68 mas que, mesmo assim, o Governo insiste em privatizar a TAP, quando a poderia recapitalizar.

69

70 O Deputado Arlindo Passos, Presidente da União das Freguesias de Alcácer do Sal e Santa
71 Susana, referiu que todos conhecem a posição da CDU e do PCP em relação às privatizações e

72 especificamente em relação à privatização da TAP. O Deputado mencionou que apesar de saber
73 que tem de ser feita a diferença entre o Partido Socialista local e nacional, não se pode esquecer o
74 que foi feito anteriormente, que esta não foi a primeira privatização e que foi o Partido Socialista
75 que começou esta campanha de privatizações.

76

77 O Deputado Lynce de Faria, disse que foi durante o Governo do Partido Socialista que se tentou a
78 privatização da TAP, mas na altura não foi concretizada a compra da empresa pela Swissair.
79 Acrescentou que, está hoje demonstrado que a sua privatização teria sido um erro fenomenal e
80 ainda bem que não se fez, mas fosse qual fosse a situação, o Grupo Municipal do PS estaria a
81 defender essa posição. Referiu que todas as outras fusões e alianças que existiram não foram
82 privatizações, mas sim fusões de grandes companhias.

83 O Deputado referiu que, esta privatização é uma venda ao desbarato, não é benéfica para o
84 público e que existiam formas para capitalizar a empresa, não diretamente através do estado, mas
85 através de uma empresa pública que detém as participações do estado e, que por uma questão
86 meramente ideológica não o querem fazer. Disse que aprende com os casos do passado, venham
87 eles de onde vierem e não tem problema nenhum em os discutir. Referiu que os Deputados
88 Municipais do PS são coerentes com o que assumem e têm sido sempre coerentes com esta
89 posição.

90

91 O Presidente da Assembleia, saudou a apresentação da Moção e disse que esta fúria de se
92 privatizar vem, ao longo dos anos, acontecendo em setores básicos da economia. Referiu que,
93 neste processo de privatização a TAP foi apresentada como uma empresa que dava lucros e que
94 houve uma tentativa do Governo e da comunicação social de desvalorizar esta questão, dizendo
95 que este processo estava assegurado, quando todos sabem que o interesse é de capitais
96 estrangeiros.

97 O Presidente da Assembleia referiu também que a TAP tem um significado muito importante para
98 os portugueses e que está totalmente de acordo com a apresentação da Moção.

99

100 O Deputado Duarte Lynce de Faria recordou que hipocritamente, este ano, foi celebrado o 10 de
101 junho com a privatização da TAP. Informou que, quando esteve na Marinha, participou em várias
102 comemorações do 10 de junho, em várias comunidades portuguesas, onde se via que há uma
103 relação afetiva dos portugueses com a TAP.

104

105 O Presidente da Assembleia, colocou a votação a Moção "A" – *(Contra a privatização da "TAP")*.

106 **Deliberação: A Moção foi aprovada, por unanimidade.**

107 A moção "A", que aqui se dá como transcrita e reproduzida, fica em pasta anexa à presente ata, da
108 mesma fazendo parte integrante.

109

110 O Deputado Duarte Lynce Faria lavrou um protesto, responsabilizando todos os órgãos da União
111 Europeia pela situação atual que se vivia na Grécia, pois a mesma está colocada numa posição
112 insustentável, verificando-se uma falência total dos líderes europeus e uma falência da europa,
113 disse que não era uma declaração de morte à europa, mas sim uma declaração que a mesma terá
114 de rejuvenescer de outra forma.

115

116 O Presidente da Assembleia usou também da palavra para denunciar a atitude de todos os
117 dirigentes europeus, uma vez que estavam a chantagear o povo grego relativamente ao referendo
118 que se iria realizar na Grécia. Manifestou o seu repúdio pelos comentários que o Sr. Presidente da
119 República tinha proferido relativamente à situação da Grécia, uma vez que se tinham revelado de
120 uma insensibilidade monstruosa.

121

122 **INTERPELAÇÃO AO EXECUTIVO**

123

124 O Deputado Duarte Lynce Faria entregou à mesa a posição que o PS tinha tomado na reunião
125 conjunta das cinco Assembleias Municipais, a qual fica em pasta anexa à presente ata, da mesma
126 fazendo parte integrante.

127 Seguidamente, o Deputado informou que ia fazer entrega de um requerimento dirigido ao
128 Presidente da Câmara – ***“Requerimento Sobre o Processo de Cedência de Utilização das
129 Instalações da Antiga Cantina Escolar no Torrão Destinada ao Funcionamento da Extensão de
130 Saúde”*** -, iniciando de imediato a sua leitura.

131

132 O Presidente da Assembleia, para um melhor esclarecimento do assunto e na sequência dessa
133 informação e da atitude tomada pelo Deputado, procedeu à leitura do artigo nº. 32º. do Regimento
134 da Assembleia Municipal, relativamente à apresentação de requerimentos.

135 O Presidente da Assembleia, após consulta aos membros da mesa, informou que iria interromper
136 os trabalhos durante 10 minutos para que os deputados se inteirassem melhor do conteúdo do
137 requerimento.

138

139 O Presidente da Câmara pediu a palavra, que lhe foi concedida e referiu que era legítimo, por parte
140 de cada deputado a entrega de qualquer requerimento, mas, se a pergunta lhe fosse feita
141 diretamente, a mesma seria respondida. Confirmou, algumas das questões citadas, ocorridas na

142 última reunião de câmara e referiu que iria responder por escrito, ao requerimento apresentado
143 pelo Partido Socialista.

144

145 O Presidente da Assembleia, conforme tinha informado interrompeu os trabalhos por um período
146 de 10 minutos.

147

148 Retomados os trabalhos, o Presidente da Assembleia referiu estar ciente que os deputados ficaram
149 certamente esclarecidos relativamente a este assunto.

150

151 O Deputado Manuel Rocha enalteceu o sucesso da Feira da PIMEL 2015, salientando a cerimónia
152 de abertura, com excelentes oradores, nomeadamente, o Presidente da Câmara, o Presidente do
153 Turismo do Alentejo e os convidados, Jorge Gabriel e Isa Sebastião, sendo todos unânimes a
154 destacar a importância de Alcácer do Sal, realçando o seu património natural, etnográfico e
155 arquitetónico.

156 Evidenciou que Alcácer é um concelho com um potencial invejável, referenciado como um destino
157 de excelência dentro da região do Alentejo.

158 Destacou os excelentes espetáculos musicais salientando que se registou uma enorme mancha
159 humana no espetáculo de sábado, que o sucesso tinha justificado todo o investimento feito na sua
160 contratação, uma vez que a mesma se traduziu em receitas económicas a todos os níveis. Relevou
161 a importância do espetáculo com os artistas alcacerenses, Jaime Batista e os seus convidados e
162 realçou também o espetáculo da Maria Mirra.

163 Destacou a logística da organização do evento e realçou o clima de segurança que se fez sentir
164 nos três dias da Feira da PIMEL 2015.

165 O Deputado, referenciou também o Plano Estratégico do Alentejo Litoral 2014/2020 e salientou o
166 excelente trabalho que o executivo tem vindo a desenvolver e que visa potenciar o concelho de
167 Alcácer do Sal.

168

169 A Deputada Ana Isabel Semião disse que, ao ouvir o nome dos artistas do concelho, não tinha
170 ouvido o nome da artista Susana Pedro, não sabia se tinha sido por lapso, ou se só tinha referido o
171 nome de alguns, pois a mesma também tinha atuado na Feira da PIMEL 2015.

172

173 O Deputado Manuel Rocha respondeu que não tinha mencionado o nome da Susana Pedro, por
174 lapso pois ela também tinha sido uma das artistas convidadas pela Câmara.

175

176 O Deputado Duarte Lynce de Faria, disse que gostaria de ser esclarecido relativamente ao
177 executivo municipal pretender mais médicos para o concelho, uma vez que essa decisão depende

178 da Administração Central. Mencionou a visita da Sra. Embaixadora de Cuba à Câmara Municipal e
179 a boa prestação dos médicos cubanos que desenvolvem o seu trabalho no concelho.
180

181 O Deputado Luís Nunes mencionou a Feira da PIMEL 2015, e disse que havia um pequeno lapso
182 no cartaz da mesma, uma vez que fala no vigésimo quinto aniversário, mas nem todos os anos a
183 Feira da PIMEL tinha sido realizada.

184 Salientou a questão dos DJ's, uma vez que este ano a música estava mais agradável, pois não
185 estava tão alta como no ano anterior.

186 Mencionou as despesas da Feira da PIMEL 2014, em que o Presidente da Câmara tinha dito que
187 posteriormente falaria das despesas, das receitas e também dos patrocínios e gostaria que essa
188 questão ficasse esclarecida.

189 Afirmou que enquanto alcacerense, sentia uma certa tristeza e até mágoa, da população de
190 Alcácer do Sal, uma vez que esta terra é uma boa madrasta e uma má mãe, referindo o concerto
191 do Jaime Batista na sexta-feira, onde se encontrava somente algumas dezenas de pessoas a
192 assistir, e em que metade do grupo eram artistas alcacerenses. Em contrapartida, no sábado, um
193 artista que é feito pelas televisões, e mais fraco, estavam milhares de pessoas a assistir ao
194 concerto.
195

196 A Deputada Maria Antónia Crespo, disse que tinha pena dos artistas alcacerenses não terem tido
197 tanto público como tiveram os outros, mas existe algo que tem de se salientar, o trabalho que o
198 executivo está a fazer nesse sentido, e referiu que se o público de Alcácer do Sal não estava, era
199 porque até aqui, esse trabalho não tinha sido feito, não se tinha valorizado os artistas alcacerenses.
200 Concluiu dizendo que, era de valorizar o trabalho que o executivo tem feito com os artistas de
201 Alcácer do Sal.

202 Relativamente à Feira da PIMEL 2015, disse que tinha sido um sucesso, e que o executivo estava
203 de parabéns.
204

205 O Deputado Manuel Rocha referiu o evento que tinha ocorrido no dia anterior e questionou, se o
206 Presidente da Câmara poderia dar mais algumas informações sobre o mesmo uma vez que está
207 relacionado com o turismo no Alentejo Litoral.
208

209 O Deputado Vítor Elias esclareceu que a Feira da PIMEL durante os seus vinte cinco anos, não
210 tinha tido nenhuma interrupção.

211 Acrescentou que nos últimos anos, este foi o ano, que teve mais público na sexta-feira.

212 Realçou ainda, o êxito que tinha sido a Feira Quinhentista do Torrão, que também tinha levado
213 muita gente à vila do Torrão.

214

215 O Deputado Virgílio Silva falou da importância de se dar continuidade à Feira Quinhentista do
216 Torrão, referiu que tinha sido a primeira vez em que tinha havido uma parceria entre a Câmara
217 Municipal e a Freguesia do Torrão, sublinhou que a festa era feita pela população, pois uma vez
218 que a recreação é feita a partir das pessoas, e que desde o início que foram apoiadas. Salientou a
219 preocupação em se fazer a preparação e a avaliação da Feira, com a população. Confirmou que
220 realmente tinha estado muita gente e que contaram com a presença de Dom Duarte Pio de
221 Bragança, que se mostrou bastante agradado com o evento.

222 O deputado mostrou preocupação com o fecho da dependência do Banco BPI no Torrão, que
223 estava prevista para o final do mês, que já a tinha manifestado ao Sr. Presidente da Câmara, pois
224 existiam muitas instituições e particulares que estavam ligados a essa instituição bancária.

225 Referiu ainda uma outra preocupação, que se prendia com a falta de médicos na Extensão de
226 Saúde do Torrão, pois de momento, o médico que ali exercia as suas funções, encontrava-se de
227 férias e não sabiam se iria ser substituído.

228

229 O Deputado Manuel Rocha, informou que relativamente à questão do IC1, a **Comissão de Utentes**
230 **do IC1**, tinha recebido um ofício da Estradas de Portugal, com um resumo das reuniões que tinham
231 existido entre os municípios de Alcácer do Sal e Grândola com a referida entidade, mas a mesma
232 entidade apesar de vários pedidos de reunião por parte da Comissão de Utentes do IC1, nunca
233 acedeu a nenhum. Referiu existirem algumas incongruências com o que vinha na comunicação
234 social e a informação que têm da parte da Estradas de Portugal, tendo acrescentado que
235 formalizaram mais um pedido de reunião com as Estradas de Portugal, para que a situação fosse
236 esclarecida.

237

238 O Presidente da Assembleia felicitou o executivo, pela forma como tinha sido organizada a Feira da
239 PIMEL 2015, e pela aposta que tinha sido feita nos artistas de Alcácer do Sal e por toda a
240 envolvência das instituições do concelho. Realçou o concerto do Jaime Batista e a sua orquestra,
241 pois quanto a si, tinha sido o melhor concerto do programa da feira.

242 Salientou ainda outros eventos organizados pela Câmara, tendo dado como o exemplo, o Festival
243 de Teatro e os concertos na Pousada D. Afonso II, concluindo dizendo, este é o caminho.

244

245 O Deputado Virgílio Silva, agradeceu ao executivo, pela opção de uma grande representatividade
246 da Vila do Torrão na Feira da PIMEL 2015, concretizada e evidenciada através da presença do

247 Ballet, das Sevilhanas, da Universidade Sénior, da Banda Filarmónica da Sociedade 1º de Janeiro
248 Torranense, e também do património arqueológico que esteve presente no evento.

249
250 O Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões
251 que lhe foram colocadas.

252
253 O Presidente da Câmara, começou por informar a Assembleia Municipal, que o município de
254 Alcácer do Sal tinha sido dos primeiros a assinar o ACEP, pelas 35 horas semanais, o mesmo tinha
255 sido negociado, aprovado e enviado à Direção Geral da Administração Pública, tendo sido
256 recusada a sua publicação em Diário da Republica. Entretanto, o município apresentou uma
257 contestação relativamente à não publicação do acordo pela Direcção Geral das Autarquias Locais e
258 Ministério das Finanças. Recentemente, o município teve conhecimento da sentença do Tribunal
259 Administrativo, em que a mesma é favorável ao recurso apresentado pelo município. Sublinhou,
260 que era uma grande vitória para os trabalhadores, para o município e para a interpretação, do
261 ponto de vista do direito constitucional. Realçou também o papel importantíssimo que a jurista da
262 Câmara Municipal, Dra. Ausenda Ferreira tinha tido neste processo.

263 Informou ainda, que iria haver uma aquisição por parte do INEM de sete viaturas, ambulâncias
264 preparadas para trabalhar com um operador e sempre com a presença de um enfermeiro, que se
265 conseguiu uma viatura destas para Alcácer do Sal, prevendo-se a sua entrega entre o mês de
266 outubro e novembro.

267 Referiu que o concelho de Alcácer do Sal e o concelho de Odemira situam-se nas duas pontas do
268 Litoral Alentejano e o Ministério da Saúde tem de olhar para esta terra, tendo em conta a sua
269 realidade e a suas dificuldades.

270 Quanto à questão dos médicos, a situação é grave, dado que, relativamente à Vila do Torrão, a
271 única médica que ali tem exercido essas funções é uma médica cubana, já que é extremamente
272 difícil conseguir que profissionais desta área, se desloquem dos grandes centros urbanos.

273 Disse também que havia um novo grupo de médicos cubanos, que estavam disponíveis para virem
274 para Portugal, mas estava nas mãos do Ministério da Saúde acelerar o processo.

275 Acrescentou que o Dr. Mário Moreira tinha regressado a Alcácer do Sal e assim sendo, era uma
276 mais valia, pois poderiam contar com mais um médico, mas não resolvia a situação, uma vez que
277 continua a haver necessidade de mais médicos.

278 Relativamente à questão colocada sobre o turismo, referiu que efetivamente, tinha sido feita a
279 apresentação do Plano Estratégico por parte da Universidade que está a trabalhar com o Turismo
280 do Alentejo e Ribatejo. O concelho de Alcácer do Sal é o único que não tem faixa atlântica, mas
281 existe o estuário do Sado que representa um enorme valor patrimonial.

282 Acrescentou que a citada apresentação foi bastante participada, tendo sido dados uma série de
283 contributos.

284 Uma das questões colocadas refere-se ao facto do território não ser todo igual, uma vez que
285 existiam realidades distintas, e se quisessem zonar teriam de o fazer, considerando a zona do
286 estuário do Sado e também a zona do Torrão.

287 Uma outra questão foi a de que, neste momento, Alcácer do Sal não tem alojamento, situação que
288 se verifica desde o mês de março, até à presente data.

289 Quanto ao fecho da dependência do BPI, informou que estavam a tentar falar com a responsável
290 setorial, mas acredita tratar-se uma decisão, já tomada pelo Banco BPI, pois irá haver em termos
291 nacionais, fecho de agências e também despedimentos, dado ser um setor em que irá existir uma
292 grande reestruturação.

293 Relativamente à Feira Quinhentista do Torrão, disse que tinha corrido muito bem, mas era
294 evidente, que existiam sempre lições a tirar, para se melhorar no futuro.

295 Mencionou também a Feira da PIMEL 2015, referindo que teve cerca de cem expositores, o que foi
296 uma excelente participação. Sublinhou que o Pavilhão Gracieta Baião tinha sido todo renovado e
297 atualmente, tem dignidade para receber as pessoas.

298 Afirmou que a aposta feita, tinha sido na atração de pessoas e na promoção do concelho.

299 Relativamente à questão dos custos, o Presidente da Câmara esclareceu, que a Câmara estava a
300 trabalhar para que num futuro próximo, as infraestruturas da Feira, fiquem enterradas e as
301 estruturas sejam fixas, o que irá permitir poupar cerca de cento e setenta mil euros, que são os
302 custos de aluguer de stands, que representa o maior custo da Feira da PIMEL.

303 Mencionou ainda que, o colóquio organizado pela Associação de Agricultores de Alcácer do Sal, foi
304 um sucesso, e que em termos de conteúdo, tinha sido dedicado ao Ano Internacional dos Solos.

305 Reforçou que a edição da Feira da PIMEL 2015 tinha corrido muito bem, em todas as vertentes.

306 Relativamente ao Dia do Concelho, disse que apesar das críticas, as pessoas divertiram-se com o
307 espetáculo, saíram felizes e que o concerto de guitarras que também ocorreu nessa noite na
308 Pousada D. Afonso II também tinha sido um bom espetáculo.

309 Destacou a homenagem promovida pela Associação Raízes, com a colaboração e também o
310 grande empenho da Câmara Municipal, ao Dr. João Lázaro Faria.

311 Referiu ainda o Programa Portugal 2020 e informou que os programas operacionais preveem
312 diretivas comunitárias, na região do Alentejo, de mil milhões de euros, mas terá de sair daí uma
313 verba que é a chamada contratualização, ou seja desta verba, irá sair cerca de seis por cento.

314 Esclareceu também que, especificamente, o Alentejo Litoral, iria ter cerca de trinta milhões de

315 euros, mas em reunião na CCDR Alentejo, ficaram a saber que só teriam direito a dezoito milhões
316 de euros, com cortes nas áreas do património, educação e equipamentos sociais.

317

318 O Presidente da Câmara, solicitou ao Presidente da Assembleia que concedesse a palavra ao
319 Vereador Manuel Vítor.

320

321 O Presidente da Assembleia, deu a palavra ao Vereador Manuel Vítor que, referiu que o Serviço
322 Municipal de Proteção Civil tem trabalhado em cooperação muito intensa com a Autoridade
323 Nacional de Proteção Civil, na prevenção e resolução de situações que ocorram no concelho.

324 O Vereador informou que, no dia vinte e seis de junho, decorreu no salão nobre do município, a
325 reunião da Comissão Distrital de Defesa da Floresta Contra Incêndios e na qual foi aprovado o seu
326 plano estratégico para o distrito de Setúbal.

327 Referiu que o dispositivo especial contra incêndios florestais entrou em vigor no dia quinze de maio
328 e que os Bombeiros de Alcácer do Sal e do Torrão, em colaboração com a Câmara Municipal já
329 foram chamados a intervir. O Vereador informou que, nessas intervenções, decorreram dois fogos
330 florestais de maior dimensão, um na Horta da Azeda, que foi extinto rapidamente e outro na
331 Herdade da Barrosinha, mais complicado de resolver. Acrescentou que, pelas informações que tem
332 os meios aéreos não estão a funcionar como era esperado, mas que a situação está a ser revista.

333 O Vereador Manuel Vítor, informou que neste ano, no concelho, ocorreram dez inundações, seis
334 incêndios urbanos, quatro incêndios industriais, vinte e seis incêndios rurais, os bombeiros fizeram
335 dezassete abastecimentos de água às populações e que surge no concelho uma área ardida
336 superior há do ano passado, na ordem dos vinte e seis hectares.

337 Disse que o Serviço Municipal de Proteção Civil está atento a todas as situações que ocorrem no
338 concelho e tem respondido, sempre que é chamado a intervir, com grande prontidão.

339

340 O Deputado Duarte Lynce de Faria, realçou pela positiva, três pontos que foram referidos. O
341 primeiro, foi a decisão do Tribunal Administrativo relativamente às 35 horas. Sobre esta decisão,
342 disse que há cerca de um ano e meio, os deputados tinham apresentado essa posição e que os
343 tribunais a deviam ter tomado há muito mais tempo.

344 O segundo ponto diz respeito à PIMEL que, como foi dito, pelo Presidente da Câmara Municipal,
345 também considera que houve um salto qualitativo sucessivo, na PIMEL, que o pavilhão começa a
346 ter uma dignidade que não tinha e que o facto de se lhe ter dado o nome de Gracieta Baião
347 também obriga a que o pavilhão tenha mais dignidade.

348 O terceiro ponto que considerou positivo foi a Feira Quinhentista do Torrão.

349 Disse que a freguesia do Torrão, tem como hospital de referência o Hospital do Litoral Alentejano e
350 questionou se não é possível, mesmo sem um novo quadro administrativo, fazer com que o
351 hospital de referência fosse o de Évora ou de Beja, porque estão mais perto.

352 Em relação à Proteção Civil, o Deputado referiu que lhe parece que tem havido uma boa relação
353 entre os bombeiros e a Proteção Civil e que isso reforça a questão da prevenção o que é bastante
354 importante. Agradeceu a exposição detalhada feita pelo Vereador Manuel Vítor.

355 O Deputado Duarte Lynce de Faria, louvou a homenagem feita ao Dr. João Faria e disse ter sido
356 algo que moveu a todos e que para além da questão da cultura há uma questão transversal que
357 une o Dr. João Faria a Alcácer do Sal.
358

359 O Presidente da Câmara Municipal, em relação à situação do hospital de referência, informou que
360 já colocou essa questão, por diversas vezes, à administração da Unidade Local de Saúde do Litoral
361 Alentejano. Referiu que a interioridade da Vila do Torrão deve ser levada em conta pela
362 administração e que já transmitiu à mesma que, o hospital de referência do Torrão deveria ser o de
363 Évora e que o de Alcácer do Sal deveria ser o hospital de Setúbal.

364 Referiu também, que há outro problema, para o qual a Unidade Local de Saúde do Litoral
365 Alentejano pediu ajuda à CIMAL, a luta pelo aumento da capitação do Hospital do Litoral
366 Alentejano, o que traria mais recursos para os cinco municípios alentejanos.

367 Sobre a PIMEL, o Presidente disse que na intervenção de abertura da feira, valorizou os
368 trabalhadores da autarquia, pelo seu papel de grandes construtores da PIMEL, pois que, bem
369 organizados e liderados e com menos recursos a horas extraordinárias, fizeram um bom trabalho.
370 Agradeceu o trabalho das diversas equipas, nomeadamente, da equipa de arqueologia, cuja
371 exposição foi muito valorizada.
372

373 O Deputado Duarte Lynce de Faria, referiu estar de acordo com o Presidente da Câmara
374 relativamente ao próximo quadro comunitário e acha que o mesmo, é uma verdadeira fraude.
375

376 **ORDEM DE TRABALHOS** _____

377
378 ***1 - Análise e votação da proposta referente à 1ª Revisão ao Orçamento da Receita e ao Orçamento***
379 ***da Despesa, 1ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos-PPI e 1ª Revisão às Atividades Mais***
380 ***Relevantes-AMR.***

381 O Presidente da Assembleia colocou a proposta a discussão.

382 **Intervenções:**

383 O Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao Presidente da Câmara para intervir sobre o
384 assunto, tendo este informado que esta revisão prevê uma série de verbas e valores que estão
385 relacionados, nomeadamente, com o crescimento do consumo de combustível, devido à
386 transferência de maquinaria da EMSUAS para o município, com uma mudança na classificação
387 orgânica da segunda prestação do FAM (Fundo de Apoio Municipal) e com a dotação de cem mil
388 euros para a revisão do PDM (Plano Diretor Municipal) e para fazer o PEDU (Plano Estratégico de
389 Desenvolvimento Urbano).

390
391 O Presidente da Assembleia colocou a proposta a votação.

392 ***Deliberação: Aprovada por Maioria, com 7 abstenções dos Deputados do PS.***

393 A proposta relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficando
394 anexa à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

395

396 ***2 - Análise e votação da proposta referente à Consolidação de Contas de 2014.***

397 O Presidente da Assembleia colocou a proposta a discussão.

398 **Intervenções:**

399 O Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao Presidente da Câmara para intervir sobre o
400 assunto, tendo este informado, que de acordo com o artigo n.º 75 da Lei n.º 73, é obrigatório esta
401 proposta ser submetida à aprovação da Assembleia Municipal, nos casos em que os municípios
402 têm participação ou são detentores de capital social, como era o caso da EMSUAS. O Presidente
403 disse ainda, que há municípios que não tiveram condições de as submeter à respetiva assembleia
404 e que o município de Alcácer do Sal apresenta, com a respetiva certificação legal, a consolidação
405 de contas de 2014.

406
407 O Presidente da Assembleia colocou a proposta a votação.

408 ***Deliberação: Aprovada por Maioria, com 7 abstenções dos Deputados do PS.***

409 A proposta relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficando
410 anexa à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

411

412 ***3 - Análise e votação da proposta referente à alteração do Regulamento sobre a Utilização das***
413 ***Embarcações Tradicionais.***

414 O Presidente da Assembleia colocou a proposta a discussão.

415 **Intervenções:**

416 O Deputado Duarte Lynce de Faria, referiu que este regulamento tem a ver com todas as situações
417 do passado que levaram a determinados tipos de acidentes, sendo que um deles foi bastante

418 grave. Acrescentou que nesta alteração, houve também uma preocupação relativamente às
419 empresas que as podem utilizar e a forma de utilização, a obrigatoriedade do cumprimento de
420 normas de salvação marítima para todos os tripulantes e passageiros embarcados e também uma
421 questão que já estava presente, mas que por vezes falha e é fundamental, que é a questão dos
422 seguros do pessoal. O Deputado, concluiu dizendo que os três pontos que mencionou são
423 fundamentais para evitar que se repitam situações trágicas.

424
425 O Presidente da Câmara, disse que a intervenção do Deputado Duarte Lynce de Faria tinha sido
426 notável, porque como pessoa do direito marítimo e da autoridade portuária, olhou para este
427 documento e fez esta menção, revelando um sentido de análise, positivo.

428
429 O Deputado Duarte Lynce de Faria, agradeceu as palavras proferidas pelo Presidente da Câmara.
430 Em relação ao grave acidente que aconteceu no passado, o Deputado disse que foi muito difícil e
431 complicado defender o malogrado Mestre Palhinhas, no tribunal e que foi nessa altura que viu as
432 vulnerabilidades deste regulamento. Referiu que, provar que Mestre Palhinhas não tinha agido
433 negligentemente relativamente à pessoa que morreu, foi das coisas mais complicadas que
434 efetivamente se provou, mas que ainda bem que se provou e tem pena, que o Mestre Palhinhas já
435 não esteja cá para ter conhecimento da decisão.

436
437 O Presidente da Assembleia, sublinhou a referência e o sentimento aqui demonstrado por aquele
438 que todos conhecemos, "Mestre Palhinhas" e relevou os conhecimentos do Deputado Duarte Lynce
439 de Faria, no acompanhamento do processo e as preocupações manifestadas quanto às
440 vulnerabilidades do Regulamento.

441
442 O Presidente da Assembleia colocou a proposta a votação.

443 ***Deliberação: Aprovada por Unanimidade.***

444 A proposta relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficando
445 anexa à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

446
447 ***4 - Análise e votação da proposta referente às disposições normativas da Feira Nova de Outubro***
448 ***de 2015.***

449 O Presidente da Assembleia, colocou a proposta a discussão, não havendo intervenções, colocou
450 a proposta a votação.

451 ***Deliberação: Aprovada por Unanimidade.***

452 A proposta relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficando
453 anexa à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

454 **5 - Análise e votação da proposta referente à abertura de procedimento concursal comum na**
455 **modalidade de regime de contrato trabalho por tempo determinado, a termo resolutivo certo, pelo**
456 **período de 12 meses, para a ocupação de um posto de trabalho na categoria de assistente**
457 **operacional, para o desempenho de funções no setor de Educação e Ação Social, da Divisão de**
458 **Educação, Cultura e Desporto.**

459 O Presidente da Assembleia, colocou a proposta a discussão, não havendo intervenções, colocou
460 a proposta a votação.

461 **Deliberação: Aprovada por Maioria, com 7 abstenções dos Deputados do PS.**

462 A proposta relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficando
463 anexa à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

464

465 **6 - Análise e votação da proposta referente à abertura de procedimento concursal comum na**
466 **modalidade de contrato de trabalho por tempo indeterminado, para a ocupação de um posto de**
467 **trabalho na carreira e categoria de assistente operacional, para o desempenho de funções do**
468 **Sector Local do Torrão e Exterior, inserido na Divisão de Obras Municipais e Serviços Urbanos.**

469 O Presidente da Assembleia, colocou a proposta a discussão, não havendo intervenções, colocou
470 a proposta a votação.

471 **Deliberação: Aprovada por Maioria, com 7 abstenções dos Deputados do PS.**

472 A proposta relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficando
473 anexa à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

474

475 **7 - Análise e conhecimento da informação referente à Atividade Autárquica.**

476 O Presidente da Assembleia, colocou a informação a discussão.

477 **Intervenções:**

478 O Deputado Virgílio Manuel da Silva, Presidente da Junta de Freguesia do Torrão, referiu que
479 neste relatório houve uma transformação muito positiva, que foi a colocação de imagens nos
480 eventos, nos acontecimentos e nos gráficos. Considerou que o relatório está muito elaborado e
481 extenso. Congratulou o executivo pela sua apresentação, que serve para os Deputados ficarem
482 com informação correta das atividades feitas pela Câmara Municipal.

483

484 O Presidente da Assembleia, considerou que este relatório tem vindo a crescer em termos de
485 qualidade, está cada vez mais completo, com mais informação e dá uma ideia geral da atividade da
486 Câmara Municipal. O Presidente deu os parabéns ao executivo.

487 **Tomado Conhecimento.**

488 A informação relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficando
489 anexa à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

490

491 **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

492 Não havendo mais assuntos a tratar entrou-se no período de intervenção do público.

493 O Presidente da Assembleia Municipal usou da palavra, perguntando ao público presente, se
494 alguém queria intervir.

495 O Sr. Hortênsio Sousa, pediu a palavra e felicitou a Câmara Municipal de Alcácer do Sal e todos os
496 seus trabalhadores pelo excelente êxito da PIMEL 2015.

497 Perguntou ao Presidente da Câmara para quando está previsto o regresso dos transportes para o
498 concelho de Alcácer do Sal.

499 Relativamente às obras dos polos escolares da Comporta e do Torrão, questionou se houve alguns
500 desvios financeiros.

501 Solicitou esclarecimentos relativamente aos processos das luminárias colocadas junto ao rio e no
502 Largo 25 de Abril e também sobre a empresa REGI.

503

504 O Presidente da Assembleia, agradeceu ao Sr. Hortênsio Sousa a sua intervenção e deu a palavra
505 ao Presidente da Câmara.

506

507 O Presidente da Câmara, em relação à questão sobre os transportes coletivos, referiu que já há
508 algum tempo, foram suprimidas as carreiras de transportes urbanos. Informou que, foram
509 realizadas algumas reuniões com a Rodoviária do Alentejo e que na próxima sexta-feira, o
510 Vereador Manuel Vítor, vai voltar a reunir. Disse que, neste momento não pode indicar mais nada,
511 porque é um processo complexo no que respeita à relação que tem de existir entre proveitos e
512 custos, num momento em que o município está em perda de receita acentuada. O Presidente
513 informou também que as pessoas se têm queixado ao executivo desta situação e que as mesmas
514 têm sido informadas que, apesar de não ter sido assumido esse compromisso, do ponto de vista
515 eleitoral, não é por esse facto que o executivo deixará de equacionar esse assunto.

516 Em relação á questão colocada sobre os Centros Escolares da Comporta e do Torrão, o Presidente
517 da Câmara, referiu que ambas as obras foram candidatadas, tiveram processos concursais e foram
518 construídos pela empresa Ramos e Catarino. Disse que, as obras são muito importantes para o
519 concelho de Alcácer do Sal, do ponto de vista de qualificação das comunidades respetivas.

520 O Presidente informou que, ambas as obras foram candidatadas ao QREN e obtiveram
521 financiamento. Referiu que, no caso do Centro Escolar do Torrão, o município foi notificado e

522 devolveu cento e três mil euros, por irregularidades diversas no que respeita à candidatura e que
523 esse valor ainda vai crescer mais um pouco.

524 Informou que, o município recebeu uma notificação da Agência Portuguesa, que gere a
525 componente de fundos comunitários, relativamente a um acerto de contas, no qual foi pago ao
526 município oitenta e sete mil euros do Centro de Educação Pré-Escolar do Morgadinho e foi feita
527 uma retenção de cerca treze a catorze mil euros, relativa a um acerto de contas da obra do Centro
528 Escolar do Torrão, porque foram colocadas no aviso de concurso, identificação de marcas, o que é
529 proibido.

530 Sobre o Centro Escolar do Torrão, disse que o município apesar de ter a obrigação de saber que o
531 projeto do pavilhão desportivo não era candidatável, apresentou na mesma a candidatura,
532 executou a obra e não obteve verbas dos fundos comunitários.

533 Quanto ao Centro Escolar da Comporta, o Presidente da Câmara, informou que a entidade de
534 autoridade de gestão, ainda está a fechar as contas da obra e que pode vir a haver
535 obrigatoriamente, uma devolução de verbas na ordem dos cinquenta mil euros.

536

537 O Presidente da Assembleia, solicitou ao Presidente da Câmara que suspendesse por alguns
538 momentos a sua intervenção, dado que era meia-noite, tendo posto a votação a continuação da
539 sessão, o que foi aprovado por unanimidade.

540

541 Referiu que houve um problema com a empresa Ramos e Catarino, que executou as duas obras e
542 que agora está a reivindicar quarenta e quatro mil euros, por promessas que foram feitas. As obras
543 estavam sujeitas a visto prévio do Tribunal de Contas e o empreiteiro disse ter chamado a atenção
544 que a obra não poderia avançar sem o visto do Tribunal de Contas. Apesar desse facto, o anterior
545 executivo insistiu com o empreiteiro e o mesmo aceitou avançar, com o compromisso de que a
546 câmara assumiria os encargos bancários que houvesse por antecipação do início da obra, antes do
547 visto do Tribunal de Contas. O Presidente, informou que numa reunião, os representantes da
548 empresa, lhe mostraram um conjunto de documentos que comprovavam o que diziam. Foi-lhes
549 transmitido que se quisessem poderiam ir para tribunal e que apesar das pessoas que trataram
550 desta questão já não estarem na câmara, este executivo irá defender o bom nome do município.

551 Em relação à questão sobre a REGI, o Presidente da Câmara, disse que era uma empresa
552 intermunicipal, que teve dois presidentes, inicialmente e durante pouco tempo o Eng.º Rogério de
553 Brito e depois o Arq.º Pedro Paredes e teve uma diretora executiva de Alcácer do Sal. Referiu que,
554 todos os municípios concordaram em extinguir a empresa, que estava numa situação muito difícil.
555 Foram obrigados a fazer dois empréstimos ao antigo BES, com montantes muito avultados, porque

556 houve investimentos comunitários que não foram pagos pelos financiamentos comunitários. Deu
557 como exemplo, a aquisição de um centro de dados, que foi muito caro e não tem qualquer uso.

558 O Presidente, referiu que os municípios chamaram a atenção para uma série de opções que
559 estavam a ser tomadas e não foram ouvidos. Informou que, a CIMAL está a fazer um esforço para
560 amortizar a dívida o mais depressa possível, para evitar que a Câmara de Alcácer do Sal e as
561 outras quatro câmaras, estejam a pagar estas prestações muito elevadas. Acrescentou que, já
562 foram amortizados duzentos e cinquenta mil euros e estão a tentar amortizar, dentro de pouco
563 tempo, mais trezentos mil euros.

564 Informou que, na Câmara de Alcácer do Sal esse passivo não estava imputado nas contas e como
565 agora passou a estar, fez crescer a dívida da câmara, mas agora espelha toda a realidade.

566 Em relação à questão sobre as luminárias, o Presidente da Câmara, solicitou ao Presidente da
567 Assembleia que concedesse a palavra à Vereadora Ana Luísa Soares.

568

569 O Presidente da Assembleia, deu a palavra à Vereadora Ana Luísa Soares, tendo esta informado
570 que, quando este executivo iniciou funções, as luminárias ainda não estavam colocadas.

571 Referiu, que no início do processo de candidatura estava subjacente ao processo as luminárias por
572 um valor de cento e trinta mil euros mas, por decisão do anterior executivo, foi retirado esse item da
573 candidatura, o que não permitiu que a câmara recebesse oitenta e cinco por cento do valor
574 investido e posteriormente, lançaram um procedimento urgente, para a aquisição de luminárias,
575 que custou duzentos e trinta mil euros.

576 A vereadora informou que as luminárias foram colocadas, são semelhantes às que estavam no
577 item da empreitada, pelo que não se compreende a decisão que foi tomada.

578 Informou também que a crescer a essa situação, tiveram que fazer uma contratualização para a
579 colocação das luminárias, no valor de trinta e oito mil euros, mais iva.

580 Em relação à obra do RUAS, a Vereadora Ana Luísa Soares informou que a empresa Vibeiras,
581 primeiro apresentou setecentos e vinte e oito mil euros, em trabalhos a mais e depois passou a
582 apresentar quinhentos e oitenta mil euros. Referiu, que como não existe qualquer contratualização
583 de trabalhos a mais que tivesse sido submetida à câmara, nem foi apresentada qualquer proposta
584 à câmara nesse sentido, a câmara não os poderá pagar e o processo irá para tribunal.

585 A Vereadora informou ainda que, constatarem no terreno que os trabalhos foram feitos, mas do
586 ponto de vista processual, a câmara não pode pagar um coisa que deveria ter sido aprovada antes
587 de ter sido executada.

588

589

590

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALCÁCER DO SAL

591 **APROVAÇÃO EM MINUTA DAS DELIBERAÇÕES** _____

592

593 Foi lida a minuta da ata, pelo 1º secretário da mesa, a fim das deliberações dela integrantes,
594 produzirem efeitos imediatos.

595 Colocada à votação foi aprovada, por unanimidade.

596

597

598 **ENCERRAMENTO DA SESSÃO** _____

599 Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Assembleia, declarou encerrada a sessão, pelas zero
600 horas e quinze minutos do dia um de julho do ano dois mil e quinze. Eu, Dina do Carmo Prego
601 Semião Sardo e Nuno Manuel Carvalho, assistentes técnicos, redigimos a presente ata, que
602 assinamos com o Presidente da Assembleia Municipal.

603

604

605

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,

606

607

608

609

OS ASSISTENTES TÉCNICOS,

610


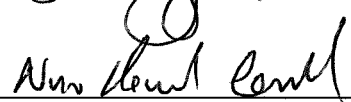
611

612

613

614

_____ 

_____ 
_____ 



MUNICIPIO DE ALCÁCER DO SAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL (Sessão de 30 de junho de 2015)

MOÇÃO

CONTRA A PRIVATIZAÇÃO DA “TAP”!

O processo de privatização da “TAP” num momento em que o próprio Tribunal de Contas veio publicamente criticar a privatização da EDP e da REN é, no mínimo, uma medida meramente ideológica do Governo PSD/CDS sem que nada o venha aconselhar e gravosa para o erário público. Já a privatização da ANA – Aeroportos de Portugal fez com que a gestão dos aeroportos nacionais ficasse sujeito, apenas, ao lucro dos privados.

A “TAP” não só é a única companhia de bandeira de Portugal como, igualmente, representa todos os afetos das comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo e um elo de ligação à sua pátria. A “TAP” deve ser património público na defesa e desenvolvimento deste setor estratégico para a economia e para a própria soberania nacional. Está em causa o setor do transporte aéreo nacional, representando mais de 20 mil postos de trabalho, mais de 2 mil milhões anuais em exportações e diretamente mais de 3% do PIB nacional: a companhia aérea de bandeira e o seu serviço de manutenção, a empresa de assistência em escala SPdH, a PGA (Portugália), as Lojas Francas de Portugal e a CATERINGPOR.

A “TAP” é uma companhia de bandeira de importância estratégica para a economia, para a ligação às comunidades portuguesas, para o turismo, para a coesão do território nacional, para a projeção de Portugal no Mundo. O transporte aéreo nacional tem futuro e desempenhará um papel fundamental para o desenvolvimento do País. Assim se promova o investimento para a sua defesa e modernização como competiria ao atual Governo PSD/CDS se não quisesse fazer vingar o seu neoliberalismo.

A Assembleia Municipal de Alcácer do Sal, na sua sessão de 30 de junho de 2015, reconhece a importância da gestão pública da “TAP” como companhia de bandeira que é um símbolo das comunidades portuguesas na diáspora e manifesta-se frontalmente contra a sua privatização num processo que ainda pode ser travado pelo Governo, pelas instâncias comunitárias ou, ainda, pelos tribunais, sendo certo que está em causa o futuro do setor aeronáutico em Portugal, a ligação à diáspora e a defesa dos postos de trabalho.

O Grupo Municipal do PS

A enviar: Ao Presidente da República, à Presidente da Assembleia da República, ao Primeiro-Ministro, ao Ministro da Economia, a todos os Grupos Parlamentares com assento na Assembleia da República, à Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), à Comunidade Intermunicipal do Alentejo Litoral, à Associação de Municípios da Região de Setúbal, à Comunicação Social.

